



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
GOIÁS PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ANDRÉ SOARES DE OLIVEIRA

**FLUXO DE CAIXA E GESTÃO FINANCEIRA NAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS**

GOIÂNIA

2023

FLUXO DE CAIXA E GESTÃO FINANCEIRA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS*

CASH FLOW AND FINANCIAL MANAGEMENT IN MICRO AND SMALL COMPANIES*

André Soares de Oliveira**

Elcio Dihl Oliveira ***

RESUMO:

O objetivo deste estudo é a relevância de um tema para demonstrar a importância de uma ferramenta para levantamento de informações necessárias para o planejamento financeiro. Visando evidenciar os aspectos contextuais da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) em micro e pequenas empresas, pois a não obrigatoriedade da ferramenta nas empresas desse porte, em sua maioria acabam não utilizando como um controle administrativo. Utilizando um estudo de caso, analisa a situação das demonstrações financeiras da empresa RENNER S.A e uma micro e pequena empresa EXEMPLO, por meio do método indireto, esse estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa. Após a análise de alguns indicadores constatou-se a falta de uma visão clara que empresas de pequeno porte perdem, e que em decorrência disso, acaba dificultando o planejamento futuro dessas empresas.

PALAVRAS-CHAVE: Demonstração do Fluxo de Caixa, Visão, Planejamento.

ABSTRACT:

The objective of this study is the relevance of a topic to demonstrate the importance of a tool for gathering information necessary for financial planning. Aiming to highlight the contextual aspects of the Cash Flow Statement (DFC) in micro and small companies, as the tool is not mandatory in companies of this size, most end up not using it as an administrative control. Using a case study, it analyzes the situation of the financial statements of the company RENNER S.A and a micro and small company EXAMPLE, using the indirect method, this study is characterized as a bibliographical, descriptive and qualitative research. After analyzing some indicators, it was found that small companies lack a clear vision, which as a result makes future planning difficult for these companies.

KEYWORDS: Cash Flow Statement, Vision, Planning.

* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do Prof. Elcio Dihl Oliveira.

** Bacharelando em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Av. Fued José Sebba, 1184 - Jardim Goiás, Goiânia - GO, 74805-100. E-mail: andreza032@live.com

*** Esp. Controladoria e Finanças; Docente da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Av. Fued José Sebba, 1184 - Jardim Goiás, Goiânia - GO, 74805-100. E-mail: elcio@pucgoias.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A gestão financeira é um aspecto vital para o sucesso de qualquer empresa, independentemente de seu tamanho. No contexto das micro e pequenas empresas (MPEs), a importância da gestão financeira torna-se ainda mais evidente, pois essas empresas desempenham um papel fundamental na economia brasileira. Com sua presença significativa em vários setores, as MPEs contribuem ativamente para o crescimento econômico, a geração de empregos e o desenvolvimento do país.

As MPEs abrangem uma ampla gama de atividades econômicas, segundo o Sebrae no Brasil existem 6,4 milhões de estabelecimentos. Desse total, 99% são micro e pequenas empresas (Sebrae, 2018). Desde pequenas lojas locais até startups inovadoras, desempenhando um papel crucial na dinamização de diversos segmentos. A legislação brasileira reconhece a importância dessas empresas e busca promover seu desenvolvimento, estimulando o empreendedorismo, simplificando a carga tributária e facilitando o acesso a crédito.

No entanto, para alcançar seus objetivos e evitar surpresas desagradáveis, é fundamental que as MPEs mantenham sua vida financeira organizada. O fluxo de caixa é uma ferramenta de gestão financeira essencial nesse processo. Qualquer falha na previsão de prazos de recebimentos e pagamentos pode resultar na falta de dinheiro para pagar despesas críticas, como salários, aluguel e fornecedores.

A gestão financeira nas MPEs requer simplicidade e flexibilidade, adaptando-se às necessidades específicas de cada empresa. O fluxo de caixa desempenha um papel crucial em todas as fases da organização, desde seu estágio inicial até o desenvolvimento e encerramento. É fundamental para medir a sobrevivência da empresa e alcançar seus objetivos.

Além disso, o reconhecimento do fluxo de caixa como uma ferramenta de gestão não exclui a importância da contabilidade e dos relatórios gerenciais. Pelo contrário, a integração do fluxo de caixa com relatórios contábeis fortalece a tomada de decisões.

Nesse contexto, quais as contribuições que um sistema de fluxo de caixa poderá proporcionar para as pequenas e microempresas como ferramenta de gestão estratégica e financeira para a tomada de decisões e projeções futuras? Essa questão norteia esta pesquisa, que tem como objetivo apresentar a eficácia da ferramenta do fluxo de caixa a fim de obter informações necessárias para tomada de decisões.

O fluxo de caixa se destaca como uma ferramenta crucial para a gestão financeira. Ela fornece informações valiosas para a tomada de decisões estratégicas, permitindo que as MPEs identifiquem antecipadamente possíveis dificuldades de caixa e tomem medidas preventivas. Em uma análise mais aprofundada, considerando o método indireto como base para nossas conclusões, reconhecendo sua praticidade e aplicabilidade no contexto das MPEs.

Quanto à contribuição teórica, espera-se que os seus resultados contribuam de forma a apresentar o que um sistema de fluxo de caixa eficaz poderá proporcionar para as micro e pequenas empresas, uma vez que isso pode evidenciar a área acadêmica e empresarial, ampliação dos conhecimentos e informações relativos à percepção da necessidade de utilizar o fluxo de caixa, e assim usufruir desta ferramenta a fim de planejar em tempo hábil as estratégias de gestão necessárias para a organização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo estão inseridos os principais conceitos teóricos, necessários para o desenvolvimento deste trabalho. Para dar início ao trabalho será abordado brevemente o tema fluxo de caixa e sua importância para a organização, além disso, será apresentado o sistema de fluxo como ferramenta de gestão para as empresas.

2.1 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

As micro e pequenas empresas (MPEs) desempenham um papel fundamental na economia brasileira, trazendo consigo uma importante representatividade no cenário empresarial do país. Com sua expressiva presença em diversos setores, as MPEs têm contribuído significativamente para o crescimento econômico, geração de empregos e desenvolvimento.

As micro e pequenas empresas são as principais geradoras de riqueza no Comércio no Brasil, já que respondem por 53,4% do PIB deste setor. No PIB da Indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios (Sebrae, 2023).

As MPEs estão presentes em diversos setores da economia brasileira, desde comércio e serviços até indústria e agronegócio. Elas englobam uma ampla gama de atividades econômicas, que vão desde pequenas lojas e prestadores de serviços locais até startups inovadoras e empresas de base tecnológica, dessa forma, tem contribuído para a dinamização de diferentes segmentos.

Segundo o Art. 3º da Lei Complementar de 123/06, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e ao empresário que se refere o Art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de 2002 (Código Civil), devidamente registrado no Registro de Empresas Mercantis ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso desde que:

I – no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta inferior ou igual a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Nesse cenário, deve-se enfatizar que, a legislação busca promover o desenvolvimento

econômico, estimular o empreendedorismo, simplificar a carga tributária e facilitar o acesso a crédito para microempresas e empresas de pequeno porte, reconhecendo suas características e necessidades específicas.

Logo, mesmo diante desses estímulos, é necessário que a vida financeira das MPE's esteja organizada, a fim de atingir seus objetivos com rapidez e evitar surpresas desagradáveis. De acordo com o Sebrae, qualquer falha na previsão de prazos dos recebimentos e dos pagamentos, incide na falta de dinheiro para pagar as principais contas da empresa, como salários e aluguel, além dos fornecedores. Desconhecer ou ignorar o fluxo de caixa da empresa resulta na falta de controle financeiro e perder o controle não é bom em nenhuma área, principalmente nas finanças (Sebrae, 2019).

2.2 GESTÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A gestão financeira nas empresas é fundamental para garantir que a empresa tenha os recursos financeiros necessários, um conjunto de práticas e ações realizadas pelos gestores financeiros e executivos para operar, crescer e enfrentar desafios financeiros, ao mesmo tempo em que busca maximizar a lucratividade e o valor para os proprietários ou acionistas.

A simplicidade e a flexibilidade são essenciais para MPEs. Os modelos de gestão devem ser adaptados às necessidades específicas de cada empresa e ajustados à medida que ela cresce e evolui.

Dentro deste contexto, o fluxo de caixa desempenha um papel fundamental em todas as fases da organização, desde o seu estágio inicial até a fase de desenvolvimento e, eventualmente, encerramento. O fluxo de caixa da empresa é um dos eventos mais fundamentais no qual são baseadas as mensurações contábeis. Os gestores e os investidores em particular estão bastante interessados no fluxo de caixa gerado pelos ativos da empresa. Este fluxo de caixa não é somente o problema central de sobrevivência da empresa, mas é essencial para que os objetivos da empresa sejam alcançados. (FIGUEIREDO; CAGGIANO, 1997, p. 75).

Reconhecer o fluxo de caixa como uma ferramenta gerencial não significa dispensar a contabilidade e os relatórios gerenciais que ela produz. Pelo contrário, é necessário buscar fortalecer os relatórios gerenciais fornecidos pela contabilidade, aproveitando o potencial do fluxo de caixa para uma melhor gestão das decisões.

Para Chiavenato (2000, p. 3), gerir ou administrar é interpretar os objetivos propostos pela empresa e transformá-los em ação empresarial por meio de planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da empresa, a fim de atingir tais objetivos.

Uma vez que, a ausência de um registro minucioso e preciso das transações financeiras, referentes às entradas e saídas de dinheiro, caso não forem registradas de maneira adequada,

torna-se desafiador obter uma perspectiva clara e exata da situação financeira da empresa.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração de Fluxo de Caixa é obrigatória para as empresas com patrimônio líquido superior a dois milhões de reais ou de capital aberto, segundo a Lei nº 11.638/2007.

A demonstração do fluxo de caixa é uma ferramenta importante para a gestão financeira. Pois esta demonstração já comprovou ser de extrema utilidade para diversos fins, dada sua simplicidade e abrangência, principalmente no que diz respeito aos aspectos financeiros que envolvem o dia-a-dia da entidade, Perez Júnior e Begalli (1999, pg.178).

Em contrapartida, temos algumas consequências da adoção do fluxo de caixa em uma empresa, apresentam-se também as desvantagens desta adoção.

O custo adicional para se manter um profissional e com conhecimento das atividades operacionais da empresa, a falta de habilidade do administrador para coordenar a equipe a fim de serem repassadas informações com consistência e confiabilidade. A falta de atenção, pois basta um erro e todo o fluxo de caixa estará comprometido, falta de apoio da alta direção no planejamento e controle financeiro, distorções de valores projetados, de acordo Zdanowicz (2007. p. 153)

Porém, as empresas precisam inovar na prevenção de incertezas ligadas às instabilidades das mudanças econômicas. Para que uma empresa tenha uma boa gestão financeira, é crucial utilizar ferramentas voltadas para o planejamento, controle e análise dos recursos disponíveis. Dessa forma, o responsável pela área financeira poderá administrar seus rendimentos, além de quitar seus compromissos com terceiros nas datas estabelecidas para suas obrigações.

A gestão financeira é uma etapa necessária para o sucesso de qualquer empresa, independente do seu porte. E o fluxo de caixa tem papel fundamental nesse processo. O planejamento do fluxo de caixa para as MPEs, permite uma visão clara e previsível das finanças da empresa e fornece informações valiosas para decisões estratégicas.

De acordo com Iudícibus e Marion (2002, p. 218) a DFC demonstra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa e equivalentes de caixa em um determinado período e o resultado desse fluxo.

O planejamento de caixa é a espinha dorsal da empresa. Sem ele não se saberá se haverá caixa suficiente para sustentar as operações ou quando se necessitará de financiamentos bancários. Empresas que continuamente tenham falta de caixa e que necessitem de empréstimos de última hora, poderão perceber como é difícil encontrar bancos que as financie. (GITMAN, 1997).

O fluxo de caixa permite que as MPEs identifiquem antecipadamente períodos em que poderão enfrentar dificuldades de caixa. Ao projetar as entradas e saídas de dinheiro, é possível visualizar se haverá momentos de escassez de recursos, permitindo que a empresa tome medidas

preventivas, como renegociar prazos de pagamento ou buscar fontes adicionais de financiamento.

2.4 ELABORAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A fim de obter uma análise completa das informações, é essencial que o Fluxo de Caixa de uma organização seja estruturado com um nível adequado de detalhamento, permitindo ao administrador analisar, compreender e tomar decisões apropriadas em relação à liquidez.

Para a lei nº. 11.638, a seguir o artigo 188 que trata do esquema do fluxo de caixa:

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo: (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

I – demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos: (Redação dada pela Lei nº. 11.638, de 2007)

a) das operações; (Redação dada pela Lei nº. 11.638, de 2007)

b) dos financiamentos; e (Redação dada pela Lei nº. 11.638, de 2007)

c) dos investimentos; (Redação dada pela Lei nº. 11.638, de 2007)

II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída. (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007).

Melo e Salotti, (2008, p.75) apresentam a descrição das três classificações de atividades:

- Atividades Operacionais: o montante de fluxos de caixa proveniente de atividades operacionais é um indicador que as operações da empresa geraram fluxos de caixa suficientes para pagar empréstimos, manter a capacidade operacional da empresa, pagar dividendos e fazer novos investimentos, sem recorrer a fontes externas de financiamento;

- Atividades de investimento: os fluxos de caixa representam a extensão pela qual os dispêndios foram feitos relativamente aos recursos destinados a gerar rendimento e fluxo de caixa futuros;

- Atividades de financiamento: indica a capacidade que a empresa tem para financiar as necessidades de recursos das atividades operacionais e de investimentos com recursos externos

Para Marion (2003), as demonstrações básicas para a elaboração do fluxo são:

- Balanço Patrimonial;

- Demonstração do Resultado do Exercício;

- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados;

- Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.

Como ferramentas mais utilizadas, a seguir modelos de fluxo de caixa para o controle econômico-financeiro.

2.5 MÉTODO DIRETO E INDIRETO

De acordo com a NBC TG 03, A entidade deve apresentar os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando alternativamente:

(a) o método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgadas; ou

(b) o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Ainda segundo a NBC TG 03, enquanto o fluxo de caixa direto permite evidenciar informações importantes a respeito do processo de formação de caixa de determinada empresa, onde os principais recebimentos brutos são divulgados; o fluxo de caixa pelo método indireto baseia-se no prejuízo ou no lucro líquido ajustado por efeitos de transações que não envolvem necessariamente o caixa, ou por efeitos de alguma receita ou despesa decorrente de atividades de financiamento ou de investimento. (NBC TG 03, R2, 2016).

A escolha entre o método direto ou indireto para elaboração do Fluxo de Caixa irá depender das preferências e necessidades da empresa. Ambos os métodos têm suas vantagens e podem fornecer informações úteis para a análise financeira.

2.6 MÉTODO INDIRETO

As análises e conclusões utilizadas no trabalho, serão por meio deste método, uma vez que o método indireto é o mais utilizado para elaborar a demonstração do fluxo de caixa conforme é apresentado pelo Manual de Contabilidade Societária (2023, p. 660), o método de obtenção indireta do caixa gerado pelas atividades operacionais é uma continuação da sequência utilizada na DOAR para se obter o capital circulante gerado pelas operações. Por isso, a grande maioria das empresas de países com DFC obrigatória prefere utilizar o método indireto, em razão do costume anteriormente adquirido ao elaborar a DOAR, além de ser esse método bem mais fácil de ser automatizado e informatizado. Ainda de acordo com o manual, ressalve-se, contudo, que os órgãos normatizadores das práticas contábeis em todo o mundo recomendam, mesmo não sendo o mais rico para efeito de análise, a adoção do método direto, principalmente pela maior facilidade de compreensão deste por parte do usuário.

O método indireto apresenta o fluxo de caixa das atividades operacionais de forma indireta, para se compreender melhor, começa com o lucro líquido do Demonstrativo de Resultados e reconcilia com o caixa líquido das operações. Os itens das linhas

intermediárias –como depreciação, aumento nas contas a receber e aumento nos estoques – explicam por que o lucro difere do caixa resultante das operações. Esse é o ponto forte do método indireto. Por outro lado, esse método não demonstra os detalhes operacionais, como cobrança dos clientes e pagamento aos fornecedores, impostos e outros, elencou-se a explicação de Chinget al (2003, p. 83).

Modelo da DFC pelo método indireto:

Fluxo de Caixa
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais
(+) Lucro Líquido antes IR e CSLL
(-) Aumento de Estoques
(+) Depreciação
(+) Perda de Capital
(-) Aumento de Estoques
(+) Pagamento de Imposto e Tributos
(+) Pagamento de Juros
(+) Aumento de Fornecedor
(=) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais
Fluxo de Caixa das Atividades Investimento
(+) Recebimento pela venda Imobilizado
(+) Recebimento de Dividendos
(+) Recebimento de Juros
(-) Aquisição de Ativo Permanente
(=) Caixa líquido Consumido pelas Atividades de Investimento
Fluxo de Caixa das Atividades Financiamento
(+) Recebimentos Novos Empréstimo á Longo Prazo
(-) Amortização de Empréstimos
(+) Emissão de Debêntures
(+) Integralização de Capital
(-) Pagamento de Dividendos
(=) Caixa líquido consumido pelas Atividades de Financiamentos
Aumento/ Diminuição na Disponibilidade
Disponibilidade - no Início do Período
Disponibilidade - no Final do Período

Fonte: adaptada NBC TG 03 (2016)

2.6.1 FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

Lucro líquido segundo Iudícibus et al. (2022), é o resultado das operações da empresa após o pagamento de impostos.

Depreciação e amortização: segundo Sá (2019), são despesas que não representam saídas de caixa no período, mas que devem ser consideradas para fins de mensuração do fluxo de caixa operacional.

Perda de capital: Iudícibus et al. (2022): Despesas não recorrentes que não afetam o fluxo de caixa operacional.

Despesas com provisões: segundo Iudícibus et al. (2022), são despesas incorridas no período, mas que serão pagas em períodos futuros.

Aumento de estoques: Iudícibus et al. (2022): Representa a diferença entre o custo dos produtos vendidos e o estoque final.

Aumento de clientes: Iudícibus et al. (2022): Representa a diferença entre as vendas a prazo e o recebimento de clientes.

Aumento de fornecedores: Iudícibus et al. (2022): Representa a diferença entre as compras a prazo e os pagamentos a fornecedores.

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: Iudícibus et al. (2022): Representa o saldo final do fluxo de caixa operacional, que pode ser positivo ou negativo.

Variações nas contas a receber e a pagar: segundo Sá (2019), representam as entradas e saídas de caixa decorrentes de alterações nas contas a receber e a pagar.

2.6.2 FLUXO DE CAIXA DE INVESTIMENTO

Aquisições de imobilizados: segundo Iudícibus et al. (2022), são desembolsos de caixa para a aquisição de bens de capital.

Investimentos em imobilizado financeiro: segundo Sá (2019), são desembolsos de caixa para a aquisição de investimentos em títulos e valores mobiliários.

Outras aplicações: segundo Iudícibus et al. (2022), são desembolsos de caixa para aplicações financeiras ou outros ativos não circulantes.

Receitas de vendas de imobilizados: segundo Sá (2019), são entradas de caixa decorrentes da venda de bens de capital.

Receitas de vendas de imobilizado financeiro: segundo Iudícibus et al. (2022), são entradas de caixa decorrentes da venda de investimentos em títulos e valores mobiliários.

Outras origens: segundo Sá (2019), são entradas de caixa decorrentes de outras operações que não se enquadram nas demais categorias.

2.6.3 FLUXO DE CAIXA DE FINANCIAMENTO

Recebimentos de empréstimos: segundo Iudícibus et al. (2022), são entradas de caixa decorrentes de empréstimos obtidos.

Recebimentos de financiamentos de terceiros: segundo Sá (2019), são entradas de caixa decorrentes de financiamentos obtidos de terceiros.

Receitas de juros: segundo Iudícibus et al. (2022), são entradas de caixa decorrentes de juros recebidos.

Pagamentos de empréstimos: segundo Sá (2019), são desembolsos de caixa decorrentes de empréstimos contraídos.

Pagamentos de financiamentos de terceiros: segundo Iudícibus et al. (2022), são desembolsos de caixa decorrentes de financiamentos contraídos de terceiros.

Pagamentos de juros: segundo Sá (2019), são desembolsos de caixa decorrentes de juros pagos.

Outras aplicações: segundo Iudícibus et al. (2022), são desembolsos de caixa decorrentes de outras operações que não se enquadram nas demais categorias.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste trabalho, baseado em um estudo de caso, primeiramente foi feito o levantamento sobre fluxo de caixa e modelos de gestão, buscando conhecer como os autores definem, entendendo os mecanismos da gestão, como ocorrem os fluxos de entrada e saída de caixa e sua função.

Em seguida buscou-se conhecer mais sobre plano de contas e assim apresentar um panorama geral sobre algumas características e necessidades das micro e pequenas empresas, conhecendo os grupos que o compõe e os conteúdos destes grupos.

Para concluir o embasamento teórico, forneceu informações sobre ferramentas de gestão e como a DFC pode ser utilizada como ferramenta para tomada decisões. Por fim é apresentado o resultado do trabalho, e enfatizado a importância do planejamento através do fluxo de caixa.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Será um estudo descritivo, baseado em pesquisa bibliográfica, uma vez que, irá se utilizar de livros e artigos, incluindo referências eletrônicas, preparando as informações coletadas essenciais sobre o tema. Cervo e Bervian (1983, p. 55 apud Beuren, 2003, p. 86) definem a pesquisa bibliográfica como:

Aquela que explica um problema a partir de referências teóricas publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Além disso foi realizado estudo de caso, que, segundo Gil (1993, p. 58), “é caracterizado pelo estudo

profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados”. Tais pesquisas tiveram como finalidade conhecer e analisar a utilização da DFC nas empresas.

3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A fim de procurar demonstrar, e descrever a eficácia da ferramenta do fluxo de caixa, a pesquisa será qualitativa. Segundo Minayo (2000, p. 54),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, como um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Estas informações podem ser obtidas junto as áreas de contabilidade, finanças, produção, vendas e nas contas a pagar e a receber. Também servem de base para coleta destas informações os balanços de pagamentos e demonstrações de resultados além de outros documentos internos das micro e pequenas empresas.

Além disso, neste estudo está sendo trabalhado com os dados da Renner S.A, em que o demonstrativo do fluxo de caixa está sendo retirado do balanço anual de 2022 da empresa publicado. Já a empresa exemplo, o demonstrativo foi montado pelo autor conforme simulação de dados, obtidos por meio da declaração de informações socioeconômicas e fiscais (DEFIS).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi realizado um estudo de caso das demonstrações financeiras da empresa Renner e de uma micro e pequena empresa do mesmo ramo de atividade, para o exercício de 2022 . Utilizando os seguintes indicadores de fluxo de caixa:

Liquidez corrente: A liquidez corrente mede a capacidade de uma empresa de honrar seus compromissos de curto prazo. (Gitman, 2010). Calcula-se da seguinte forma:

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \text{ATIVO CIRCULANTE} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

Liquidez seca: A liquidez seca é uma medida mais conservadora da capacidade de uma empresa de honrar seus compromissos de curto prazo, excluindo os estoques. (Gitman, 2010). Calcula-se da seguinte forma:

$$\text{LIQUIDEZ SECA} = (\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUE}) / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

Fluxo de caixa operacional: O fluxo de caixa operacional mede a capacidade de uma empresa de gerar caixa a partir de suas atividades operacionais. (Ross, Westerfield & Jordan,

2002). Calcula-se da seguinte forma:

$$\text{FCO} = \text{RECEITAS OPERACIONAIS} - \text{DESPESAS OPERACIONAIS}$$

Fluxo de caixa livre: O fluxo de caixa livre mede a capacidade de uma empresa de gerar caixa para o pagamento de dividendos, investimentos e dívidas.” (Ross, Westerfield & Jordan,

2002) Calcula-se da seguinte forma:

$$\text{FLL} = \text{FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL} - \text{DESPESAS DE CAPITAL.}$$

A demonstrações dos fluxos de caixa a seguir foi a principal fonte de informação para a análise dos dados. Além disso, alguns elementos do Balanço Patrimonial e da DRE serviram como dados complementares.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Lojas Renner S.A. e Controladas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	1.291.704
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:	
Depreciações e amortizações	1.041.025
Juros e custos de estruturação sobre empréstimos, financiamentos e arrendamento	700.366
Resultado de equivalência patrimonial	-
Imposto de renda e contribuição social	92.581
Perdas (Reversões) estimadas em ativos, líquidas	578.538
Descontos - arrendamentos a pagar	(25.905)
Outros ajustes do lucro líquido	186.878
Lucro líquido ajustado	3.885.187
Recebimento de dividendos de controladas	-
(Aumento) Redução nos Ativos	
Contas a receber de clientes	(1.688.112)
Estoques	(260.432)
Tributos a recuperar	97.317
Outros ativos	(215.207)
Aumento (Redução) nos Passivos	
Fornecedores	(55.968)
Obrigações - risco sacado	24.104
Obrigações com administradoras de cartões	629.825
Obrigações fiscais	(18.521)
Outras obrigações	(138.604)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(114.987)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(391.319)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, antes das aplic. financeiras	1.733.283
Aplicações financeiras	(197.046)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.536.237
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Aquisições de imobilizado e intangível	(1.105.271)
Aporte de capital em controladas e aquisição de controladas, líquida de caixa adquirido	(85.215)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(1.190.486)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Aumento do capital social, líquido das custas de emissão	43.928
Recompra de ações	(453.943)
Captações e amortizações de empréstimos e debêntures	(1.123.517)
Contraprestação de arrendamentos a pagar	(686.384)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(764.480)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos	(2.984.396)
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	(2.421)
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(2.641.066)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.489.417
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.848.351

Quadro 1 - Demonstração do fluxo de caixa da Renner SA, consolidado 2022.

Fonte: Empresa Renner SA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (EMPRESA EXEMPLO)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022	
	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	56.747
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:	
Outros ajustes do lucro líquido	-
Lucro líquido ajustado	56.747
(Aumento) Redução nos Ativos	
Contas a receber de clientes	-
Estoques	(173.722)
Outros ativos	-
Aumento (Redução) nos Passivos	
Fornecedores	(52.116)
Obrigações - risco sacado	-
Obrigações com administradoras de cartões	-
Imposto - SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	(53.527)
Outras obrigações	-
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(222.618)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Aumento do capital social, líquido das custas de emissão	-
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos	0
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	-
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(222.618)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	181.300
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	(41.318)

Quadro 2 - Demonstração do fluxo de caixa empresa exemplo 2022.

Para a composição do quadro 2, foi utilizado uma declaração de informações socioeconômicas e fiscais (DEFIS), uma vez que a mesma não possui demonstrações financeiras organizadas.

No estudo de caso das demonstrações financeiras da Renner S.A. e de uma micro e pequena empresa do mesmo ramo, demonstra a perspectiva de uma visão extremamente mais clara quando se utiliza de maneira adequada a gestão do fluxo de caixa.

Utilizando indicadores como liquidez corrente e liquidez seca, foi possível avaliar a capacidade da Renner SA em honrar compromissos de curto prazo.

No contexto do fluxo de caixa operacional, a Renner S.A. demonstrou uma capacidade robusta de gerar caixa a partir de suas atividades operacionais. Esse é um sinal positivo de eficiência nas operações e de uma gestão financeira sólida. Por outro lado, na empresa exemplo, os desafios são mais evidentes.

O fluxo de caixa livre, que mede a capacidade de gerar caixa para pagamento de dividendos,

investimentos e dívidas, proporciona uma visão abrangente da saúde financeira. A Renner S.A., como uma grande empresa, tem mais flexibilidade nesse aspecto, enquanto a micro e pequena empresa precisará otimizar suas operações para garantir um fluxo de caixa livre positivo. Esses indicadores são cruciais para a sustentabilidade financeira, especialmente para micro e pequenas empresas, onde a gestão eficaz do capital de giro é essencial.

Ressaltando a importância crítica da gestão financeira, especialmente para as micro e pequenas empresas, nas quais a simplicidade e flexibilidade são essenciais. A adoção de ferramentas como o fluxo de caixa, integradas a relatórios contábeis, fortalece a tomada de decisões e contribui para o desenvolvimento sustentável desses empreendimentos.

Uma vez que, empresas de grande porte por ter essa execução conseguem ter visualizações de tais efeitos como ter uma capacidade de honrar seus compromissos evitando pagamentos em atrasos que geram multas, que as micro empresas e empresas de pequeno porte, pela não execução acaba ficando desprovida dessas informações que possui grande relevância para a manutenção e continuidade do negócio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se verificou no estudo de caso, esse trabalho buscou evidenciar a eficácia da ferramenta do fluxo de caixa a fim de obter informações necessárias para tomada de decisões, além de um panorama geral sobre algumas características e necessidades das micro e pequenas empresas.

Exige-se que o administrador financeiro deva estar preparado e com uma equipe qualificada, bem como possa contar com um sistema de informações, sobretudo inteligente que, partindo deste controle da situação financeira, positiva ou negativa, possa ter um conhecimento dos momentos em que surgem as insuficiências de caixa.

Uma ferramenta essencial para a gestão financeira eficaz de uma empresa é o fluxo de caixa. Este mecanismo não apenas oferece agilidade, mas também confere segurança às atividades financeiras, permitindo que a empresa responda prontamente a desafios imprevistos. Dessa forma, o administrador tem a capacidade de recorrer às fontes de capital para corrigir falhas no sistema ou, alternativamente, o administrador utilizar esses recursos, visando um investimento na empresa e à maximização de lucros. Os objetivos específicos delineados neste trabalho foram plenamente alcançados, evidenciando de maneira inequívoca que a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) se configura como uma ferramenta imprescindível para os gestores no contexto do gerenciamento de caixa nas empresas.

Além disso, é crucial reconhecer que o sucesso no crescimento de uma empresa vai além da simples busca por lucratividade. A capacidade de honrar compromissos pontualmente e priorizar receitas sobre despesas e custos operacionais é fundamental. Contudo, sem a implementação

efetiva do fluxo de caixa, os desafios para alcançar esse sucesso tornam-se ainda mais significativos. A ausência dessa ferramenta essencial pode criar obstáculos consideráveis para o planejamento e controle administrativo, comprometendo a capacidade da empresa de otimizar seus processos e alcançar seus objetivos de crescimento sustentável.

5.1 LIMITAÇÃO E SUGESTÃO DE PESQUISA

No desenvolvimento deste trabalho observou-se a perspectiva de novos estudos, uma vez que a maior delimitação do tema foi localizar uma micro e pequena empresa exemplo, pois as demonstrações financeiras estavam em sua maioria se encontram desorganizadas ou não possuía nada de registros a serem analisados, como sugestão têm-se o aprofundamento no estudo em relação a qualidade da informação nas micro e pequenas empresas e a como as mesmas podem ter mais organização em suas gestões.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. TEIXEIRA, E.M. LICÓRIO, C. **A importância da gestão no planejamento de fluxo de caixa para o controle financeiro de micro e pequenas empresas.** Redeca, v.2, n. 2. Jul- Dez. 2015

Balanço Anual 2022. Disponível em: << <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/13154776-9416-4fce-8c46-3e54d45b03a3/85090ee1-5744-f2ab-74f6-7203ff463ac8?origin=1>>>

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. **A Metodologia científica.** São Paulo, SP: Prentice Hall, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática.** 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE –CFC. Resolução 2016/NBCTG03(R3) , de 22 de dezembro de 2012. Dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cesar. **Controladoria: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1993

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira.** 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GITMAN, Lawrence J., **Princípios de administração financeira 13ª ed.,** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GOMES, R. **A análise de dados em pesquisa qualitativa.** In: MINAYO, ed. Petrópolis.

Iudícibus, S. de, Martins, E., & Gelbcke, H. R. (2022). **Manual de contabilidade societária: aplicável às empresas de acordo com as normas internacionais e do IFRS.** São Paulo: Atlas.

Iudícibus, S. de, Martins, E., & Gelbcke, H. R. (2023). **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades (4. ed.)**. Atlas.

MARION, José Carlos,; DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria Cristina. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO, D. T; SALOTTI, B. M. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras / Ernst & Young, Fipecafi**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009

PEREZ JUNIOR, Jose Hernandez; BEGALLI, Glauco Antonio. **Elaboração das demonstrações contábeis. 2. ed** São Paulo: Atlas, 1999.

Sá, A. L. (2019). **Demonstrações contábeis: teoria e prática**. São Paulo: Atlas.

SEBRAE. A importância do fluxo de caixa na gestão de uma loja de vestuário. Disponível em:<<<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-importancia-do-fluxo-de-caixa-na-gestao-de-uma-loja-de-vestuario>>>

SEBRAE. A importância do fluxo de caixa para a sobrevivência do seu negócio. Disponível em:<<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/a-importancia-do-fluxo-de-caixa-para-a-sobrevivencia-do-seu-negocio>>

SEBRAE. Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil. Disponível em:<<<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil>>>

SEBRAE. Pequenos negócios em números. Disponível em:<<<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros>>>

STEPHEN A. Ross, Randolph W. Westerfield & Jeffrey F. Jordan, **Princípios de finanças corporativas 9ª ed.**, São Paulo: McGraw-Hill, 2002.

ZDANOWICZ, J. E. **Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiros**. 9ªed. Porto Alegre. Sagra Luzzato, 2002._____.Manual de finanças para cooperativas e demais

Apêndice

Anexo I – Empresa RENNEN S.A - Demonstrações utilizadas para cálculo

Lojas Renner S.A. e Controladas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.291.704	633.112	1.291.704	633.112
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	850.586	746.086	1.041.025	916.070
Juros e custos de estruturação sobre empréstimos, financiamentos e arrendamento	526.830	355.971	700.356	428.371
Resultado de equivalência patrimonial	30.343	(68.094)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	113.819	(73.090)	92.581	6.741
Perdas (Reversões) estimadas em ativos, líquidas	11.013	(887)	578.538	33.022
Descontos - arrendamentos a pagar	(19.986)	(97.473)	(25.905)	(117.622)
Outros ajustes do lucro líquido	89.311	88.509	186.878	81.164
Lucro líquido ajustado	2.893.620	1.584.134	3.865.187	1.980.858
Recebimento de dividendos de controladas	2.749	8.171	-	-
(Aumento) Redução nos Ativos				
Contas a receber de clientes	(124.213)	(558.284)	(1.688.112)	(1.659.394)
Estoques	(302.937)	(128.611)	(260.432)	(218.537)
Tributos a recuperar	180.646	217.703	97.317	222.723
Outros ativos	(85.558)	(171.041)	(215.207)	(186.154)
Aumento (Redução) nos Passivos				
Fornecedores	(53.515)	205.785	(55.968)	175.929
Obrigações - risco sacado	10.993	1.413	24.104	(3.918)
Obrigações com administradoras de cartões	8.706	3.584	629.825	641.975
Obrigações fiscais	(110.457)	(43.704)	(18.521)	(14.382)
Outras obrigações	(144.525)	338.507	(138.604)	367.130
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(114.967)	(72.223)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(304.075)	(146.941)	(391.319)	(165.666)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, antes das aplic. financeiras	1.971.434	1.310.716	1.733.283	1.068.341
Aplicações financeiras	(23.736)	(70.503)	(197.046)	147.487
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.947.698	1.240.213	1.536.237	1.215.828
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado e intangível	(865.402)	(784.192)	(1.105.271)	(933.963)
Aporte de capital em controladas e aquisição de controladas, líquida de caixa adquirido	(349.790)	(275.612)	(85.215)	(96.271)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(1.215.192)	(1.059.804)	(1.190.486)	(1.030.234)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento do capital social, líquido das custos de emissão	43.928	3.916.730	43.928	3.916.730
Recuperação de ações	(453.943)	-	(453.943)	-
Captações e amortizações de empréstimos e debêntures	(1.550.000)	(2.102)	(1.123.517)	37.024
Contraprestação de arrendamentos a pagar	(583.516)	(396.393)	(686.384)	(471.918)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(764.480)	(243.846)	(764.480)	(243.846)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos	(3.308.011)	3.274.389	(2.984.396)	3.237.990
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	-	(2.421)	(948)
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(2.575.505)	3.454.798	(2.641.066)	3.422.636
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.216.237	1.761.439	5.489.417	2.066.781
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.640.732	5.216.237	2.848.351	5.489.417

Anexo II- Empresa EXEMPLO - Declaração utilizada para simulação de dados.



Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS)

Declaração Retificadora

Exercício 2023

Ano-Calendário 2022

Período abrangido pela Declaração: 01/01/2022 a 31/12/2022

1. Identificação do Contribuinte

CNPJ Matriz: [REDACTED]
Nome empresarial: [REDACTED]
Data de abertura no CNPJ: [REDACTED]
Regime de Apuração: competência
Optante pelo Simples Nacional: Sim

1.1 CNPJ das Filiais Presentes nesta declaração:

[REDACTED]

2. Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica

Ganhos de capital	R\$ 0,00
Quantidade de empregados no início do período abrangido pela declaração	23
Quantidade de empregados no final do período abrangido pela declaração	27
Receita proveniente de exportação direta	R\$ 9.464,33
Lucro superior ao limite de que trata o § 1º do art. 6º da resolução CGSN nº 4 de 30/05/2007, no período abrangido por esta declaração	R\$ 0,00
Total de ganhos líquidos auferidos em operações de renda variável	R\$ 0,00

2.1 Receita proveniente de exportação por meio de comercial exportadora

CNPJ da comercial exportadora	Valor
-	-

2.2 Identificação e Rendimentos dos Sócios

CFF do sócio: [REDACTED]

Nome: [REDACTED]

Rendimentos isentos pagos ao sócio pela empresa R\$ 0,00

Rendimentos tributáveis pagos ao sócio pela empresa R\$ 0,00

Percentual de participação do sócio no capital social da empresa no 100,00%

Número da Declaração [REDACTED]

Autenticação: [REDACTED]

Número do Recibo [REDACTED]

Página 1

último dia do período abrangido pela declaração

Imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos pagos ao sócio R\$ 0,00
pela ME/EPP

2.3 Percentual de participação em cotas em tesouraria no capital 0,00%
social da empresa (%)

2.4 Doações à Campanha Eleitoral

CNPJ do Beneficiário	Nome do Beneficiário	Tipo de Beneficiário	Forma de Doação	Valor
-	-	-	-	-

3. Informações Econômicas e Fiscais dos Estabelecimentos

3. Informações Econômicas e Fiscais dos Estabelecimentos

Estabelecimento: [REDACTED]

Estoque inicial do período abrangido pela declaração	R\$ 136.100,00
Estoque final do período abrangido pela declaração	R\$ 309.822,34
Saldo em caixa/banco no início do período abrangido pela declaração	R\$ 181.300,00
Saldo em caixa/banco no final do período abrangido pela declaração	R\$ 0,00
Total de aquisições de mercadorias para comercialização ou industrialização no período abrangido pela declaração	R\$ 604.601,51
Aquisições no mercado interno	R\$ 604.601,51
Importações	R\$ 0,00
Total de entradas de mercadorias por transferência para comercialização ou industrialização no período abrangido pela declaração	R\$ 0,00
Total de saídas de mercadorias por transferência para comercialização ou industrialização no período abrangido pela declaração	R\$ 0,00
Total de devoluções de vendas de mercadorias para comercialização ou industrialização no período abrangido pela declaração	R\$ 0,00
Total de devoluções de compras de mercadorias para comercialização ou industrialização no período abrangido pela declaração	R\$ 0,00
Total de entradas no período abrangido pela declaração	R\$ 616.653,17
Total de despesas no período abrangido pela declaração	R\$ 42.590,46

Total de entradas interestaduais por UF

Número da Declaração: [REDACTED]

Autenticação: [REDACTED]

Número do Recibo: [REDACTED]

Página 2

UF	Valor
ES	R\$ 1.882,32
MG	R\$ 34.258,14
PE	R\$ 41.050,75
PR	R\$ 391,32
RN	R\$ 99,79
SC	R\$ 209.390,52
SP	R\$ 262.105,61

Total de saidas interestaduais por UF

UF	Valor
AC	R\$ 3.156,92
AL	R\$ 1.777,77
AM	R\$ 10.154,76
AP	R\$ 662,76
BA	R\$ 11.486,01
CE	R\$ 1.839,71
DF	R\$ 18.016,10
ES	R\$ 3.204,86
MA	R\$ 20.177,74
MG	R\$ 93.015,93
MS	R\$ 24.450,42
MT	R\$ 61.713,98
PA	R\$ 41.636,67
PB	R\$ 7.993,79
PE	R\$ 3.064,71
PI	R\$ 1.584,00
PR	R\$ 9.416,83
RJ	R\$ 2.200,12

RJ	R\$ 2.200,12
RN	R\$ 6.402,00
RO	R\$ 1.683,64
RR	R\$ 2.121,12
RS	R\$ 4.224,85
SC	R\$ 6.474,03
SE	R\$ 4.781,65

Número da Declaração Autenticação: [REDACTED]

Número do Recibo: [REDACTED] Página 3



SP	R\$ 28.394,78
TO	R\$ 31.205,45

Valor do ISS retido na fonte no ano-calendário, por Município

UF	Município	Valor
-	-	-

Prestações de Serviços de Comunicação

UF onde o serviço foi prestado	Município onde o serviço foi prestado	Valor
-	-	-

Informações sobre prestação de serviços de transporte de cargas interestadual e/ou intermunicipal, e de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros autorizados no inciso VI do art. 17 da LC 123 com e sem substituição tributária

Valor total do frete:	-	
UF de origem	Município onde se iniciou a prestação do serviço	Valor da Prestação (R\$)
-	-	-

Estabelecimento: [REDACTED]

Estoque inicial do período abrangido pela declaração	R\$ 0,00
Estoque final do período abrangido pela declaração	R\$ 0,00
Saldo em caixa/banco no início do período abrangido pela declaração	R\$ 0,00
Saldo em caixa/banco no final do período abrangido pela declaração	R\$ 0,00
Total de aquisições de mercadorias para comercialização ou industrialização no período abrangido pela declaração	R\$ 0,00
Aquisições no mercado interno	R\$ 0,00
Importações	R\$ 0,00
Total de entradas de mercadorias por transferência para comercialização ou industrialização no período abrangido pela declaração	R\$ 0,00
Total de saídas de mercadorias por transferência para comercialização ou industrialização no período abrangido pela declaração	R\$ 0,00
Total de devoluções de vendas de mercadorias para comercialização ou industrialização no período abrangido pela declaração	R\$ 0,00
Total de devoluções de compras de mercadorias para comercialização ou	R\$ 0,00

Número da Declaração: [REDACTED]

Número do Recibo: [REDACTED]

Autenticação: [REDACTED]

Página 4

industrialização no período abrangido pela declaração

Total de entradas no período abrangido pela declaração R\$ 0,00

Total de despesas no período abrangido pela declaração R\$ 0,00

Total de entradas interestaduais por UF

UF	Valor
-	-

Total de saídas interestaduais por UF

UF	Valor
AM	R\$ 6.694,32
BA	R\$ 11.451,75
CE	R\$ 3.037,16
DF	R\$ 17.047,35
ES	R\$ 6.039,48
MA	R\$ 5.276,56
MG	R\$ 19.453,84
MS	R\$ 4.421,35
MT	R\$ 23.613,08
PA	R\$ 10.322,28
PB	R\$ 4.888,76
PI	R\$ 2.580,00
PR	R\$ 5.600,70
RJ	R\$ 986,19
RO	R\$ 2.976,36
RS	R\$ 319,42
SC	R\$ 1.060,71
SE	R\$ 899,85
SP	R\$ 25.179,57

TO

R\$ 17.056,21

Valor do ISS retido na fonte no ano-calendário, por Município

UF	Município	Valor
-	-	-

Número da Declaração:
Autenticação:

Número do Recibo

Página 5

Prestações de Serviços de Comunicação

UF onde o serviço foi prestado	Município onde o serviço foi prestado	Valor
-	-	-

Informações sobre prestação de serviços de transporte de cargas interestadual e/ou intermunicipal, e de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros autorizados no inciso VI do art. 17 da LC 123 com e sem substituição tributária

Valor total do frete:

-

UF de origem	Município onde se iniciou a prestação do serviço	Valor da Prestação (R\$)
-	-	-